



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**HABEAS CORPUS Nº 639117 - DF (2021/0004372-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**IMPETRANTE** : **LEILSON COSTA DA ROCHA**  
**ADVOGADOS** : **LEILSON COSTA DA ROCHA - DF058634**  
: **CARLOS MATHEUS COSTA MANINHO - DF061213**  
**IMPETRADO** : **TRIBUNAL DE JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E DOS**  
: **TERRITORIOS**  
**PACIENTE** : **LUCAS SILVA VASCONCELOS (PRESO)**  
**CORRÉU** : **WESLEY MARQUES PEREIRA**  
**INTERES.** : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E**  
: **TERRITÓRIOS**

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de LUCAS SILVA VASCONCELOS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS (0751484-46.2020.8.07.0000).

O paciente encontra-se segregado cautelarmente em razão de prisão em flagrante, convertida em preventiva, pela suposta prática do delito descrito no art. 157, § 2º, inciso II e § 2º-A, inciso I, c/c o art. 70, ambos do Código Penal (roubo circunstanciado pelo concurso de pessoas e emprego de arma de fogo em concurso formal), quatro vezes.

Alega o impetrante excesso de prazo na prisão preventiva, eis que se encontra preso desde 3/7/2020, sem que a audiência de instrução e julgamento tenha sido designada. Aduz que a denúncia foi protocolada após o prazo normativo. Invoca o princípio da proporcionalidade para defender que a segregação cautelar “por mais de 192 dias” é excessiva. Sustenta que inexistente fundamento idôneo a justificar a necessidade de prisão preventiva e que a aplicação de medidas cautelares diversas da segregação de liberdade seria suficiente.

Requer a concessão da ordem, liminarmente, para reconhecer “o direito e garantia fundamental para cessar a ilegalidade da manutenção da prisão preventiva que perdura desde 3 de julho de 2020 pelo excesso de prazo, configurada pelo decurso de 192 dias através de decisão sem fundamentação, mediante imposição de medidas cautelares diversas da prisão, sendo expedido Alvará de Soltura”.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Ao enfrentar a questão da alegada delonga da instrução criminal, o Tribunal *a quo* assim justificou (fl. 369):

No tocante à alegação de excesso de prazo, registre-se que este se relaciona com a instrução do processo criminal, estabelecendo o parágrafo único, do art. 1º, da Instrução nº 1/2011, da Corregedoria deste Tribunal de Justiça, os seguintes prazos de duração razoável:

Estando o acusado preso, a duração razoável do processo criminal é de 105 (cento e cinco) dias, não podendo ultrapassar 148 (cento e quarenta e oito) dias, no procedimento ordinário, de 75 (setenta e cinco) dias, no procedimento sumário, e de 135 (cento e trinta e cinco) dias, não podendo ultrapassar 178 (cento e setenta e oito) dias, na primeira fase do procedimento do Tribunal do Júri.

Impende esclarecer que os prazos estabelecidos para a instrução processual não são absolutos, podendo haver razoável flexibilização no seu cumprimento, devendo a alegada demora na conclusão da instrução processual ser examinada com ponderação e cautela.

A verificação de excesso de prazo importa na conjugação e na observância dos critérios da proporcionalidade e razoabilidade, sendo que neste último devem ser avaliadas a complexidade do feito, o número de réus, o volume de processos na vara, a atuação do juiz e a atuação das partes, consoante entendimento de Guilherme de Souza Nucci, Habeas Corpus, 3ª ed., 2019, p. 144).

No caso dos autos, o paciente está segregado desde 03/07/2020, portanto há pouco mais de cento e sessenta dias. Observa-se, do andamento processual (Processo nº 0723616-90.2020.8.07.0001), que não há nem houve desídia do juízo, porquanto a denúncia foi oferecida em 30/07/2020, recebida em 07/08/2020, ocasião em que foi deferido o recambiamento do paciente e do corréu.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente